

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 1 Janeiro - Abril 2024

DOSSIÊ

## ARQUEOLOGIA POR QUILOMBOLAS NO BRASIL: UMA NARRATIVA TUPINAMBÁ DO BAIXO TAPAJÓS, SANTARÉM/PA

Hudson Romário Melo de Jesus\*

### RESUMO

Este artigo aborda uma correlação entre aspectos da teoria arqueológica brasileira sobre a crítica arqueológica recente à teoria racial e às propostas institucionalizadas racialmente da arqueologia da escravidão enquanto campo de pesquisa de privilégios e reprodutor de discursos discriminatórios contra negros e quilombolas. O texto trata da questão da arqueologia da diáspora africana, a qual se coloca como campo da arqueologia que tem por objetivo valorizar a pessoa quilombola enquanto detentora de notórios saberes, e não enquanto objeto temático a ser investigado em uma pesquisa. Em se tratando de arqueologia realizada por quilombolas, é salutar conversações a respeito das experiências nas comunidades e sua junção com as vivências acadêmicas.

**Palavras-chave:** quilombos; arqueologia; diásporas africanas.

\*Arqueólogo e professor de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).  
E-mail: [hudson.jesus@ufopa.edu.br](mailto:hudson.jesus@ufopa.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7786-905X>.

## ARCHEOLOGY BY QUILOMBOLAS IN BRAZIL: TUPINAMBÁ NARRATIVE FROM THE LOWER TAPAJÓS, SANTARÉM, BRAZIL

---

### ABSTRACT

This article discusses a correlation between aspects of Brazilian archeology theory on recent archeological criticism of racial theory and racially institutionalized proposals for the archeology of slavery as a research field of privileges and reproduction of discriminatory discourses against blacks and quilombolas. The text deals with the question of the archeology of the African diaspora, which is placed as a field of archeology that aims to value the quilombola person as a holder of notorious knowledge and not simply as a thematic object to be investigated in research. When it comes to archeology carried out by quilombolas, conversations about experiences in communities and their conjunction with academic experiences are beneficial.

**Keywords:** quilombos; archeology; african diasporas.

## ARQUEOLOGÍA POR QUILOMBOLAS EN BRASIL: UNA NARRATIVA TUPINAMBÁ DEL BAJO TAPAJÓS, SANTARÉM, BRASIL

---

### RESUMEN

Este artículo discute una correlación entre los aspectos de la teoría de la arqueología brasileña sobre la crítica de la arqueología reciente a la teoría racial y a las propuestas racialmente institucionalizadas para la arqueología de la esclavitud como campo de investigación de privilegios y reproductor de discursos discriminatorios contra negros y quilombolas. El texto aborda la cuestión de la arqueología de la diáspora africana, que se sitúa como un campo de la arqueología que pretende valorizar al quilombola como poseedor de un saber notorio y no simplemente como objeto temático por investigar en una investigación. Cuando se trata de arqueología realizada por quilombolas, las conversaciones sobre las experiencias en las comunidades y su conjunción con las experiencias académicas son beneficiosas.

**Palabras clave:** quilombos; arqueología; diásporas africanas.

## INTRODUÇÃO

O protagonismo de quilombolas na arqueologia pode provocar mudanças significativas na produção do discurso arqueológico (Carvalho, 2018; Carvalho; Soares, 2021; Moraes, 2012; Passos, 2020). Geradas pelos incentivos das políticas de ações afirmativas do século XXI, a inserção desses agentes na educação superior no Brasil categoriza como efetivos os programas de cotas e demandas sociais, conquistados pelos movimentos sociais e associações/federações quilombolas e comunitárias (Moraes, 2021; Moraes; Costa; Jesus, 2022).

Este artigo apresenta uma discussão teórica e bibliográfica em relação às problemáticas de pesquisa que tratam dos estilos de vida das populações de origem e descendência africana no Brasil. As comunidades quilombolas são compreendidas como fundamentais para repensarmos muitos conceitos pré-estabelecidos e suas demandas de respeito à sua historicidade têm sido levadas a sério através de ações colaborativas de reflexão sobre as ocupações quilombolas (Py-Daniel *et al.*, 2023).

Tratamos da viabilidade de uma arqueologia quilombola, executada nos quilombos e que atribui aos diversos elementos do conhecimento diaspórico ancestral caráter epistêmico e metodológico para a arqueologia. Em confluência com isso, manifestarei algumas vivências e reflexões da minha trajetória como arqueólogo a partir de minhas relações de parentesco no quilombo de Saracura, Baixo Amazonas. Sou indígena e minha identidade, em conexão com meu pertencimento étnico, advém de nossas relações familiares, interculturais e de vivência no nosso território, que está na margem esquerda do baixo curso do rio Tapajós, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Viver em comunidade na Amazônia significa passar por processos de formação social e construção diversificados e próprios das diferentes sociedades ribeirinhas, quilombolas e povos indígenas, que não podem ser explicados pelos modelos de ocupação amazônica anteriores (Jesus, 2022).

Iniciei minha trajetória na arqueologia na graduação, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), onde tive a possibilidade de prosseguir com o mestrado na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente realizo pesquisa de doutorado na Universidade de Brasília (UnB). Em uma primeira perspectiva, posso dizer que a escolha pela profissão de arqueólogo floresceu quando percebi a importância da disciplina para compreender parte das atividades culturais contemporâneas da minha família. Além disso, a partir da arqueologia pude dirimir várias das memórias de atos cotidianos durante a infância, adolescência e vida adulta, quando passei a correlacionar estas experiências aos aspectos das teorias sociais e arqueológicas, revisitando toda essa ancestralidade.

Os movimentos dos povos da floresta e suas trajetórias de vidas se transformam em singularidades e continuidades, em contextos de conflitos e violências do contato interétnico e escravidão. As comunidades tradicionais vivem processos políticos de luta contemporânea porque são contra os terríveis impactos ambientais e sociais causados nas terras por elas tradicionalmente ocupadas. São contextos que integram saberes intelectualizados sobre as tecnologias da natureza à interpretação arqueológica, em uma inversão metodológica essencial.

Contudo, no Baixo Tapajós, muitos dos estudos sobre contatos culturais envolvendo povos indígenas originários, comunidades e vilas ribeirinhas e culturas africanas diaspóricas partem de premissas ideológicas hegemônicas da “história da colonização”, perspectiva que enquadra os espaços sociais e arquitetônicos apenas como lugares de segregação entre grupos coloniais, povos nativos e população afrodiaspórica.

Se pensarmos na complexidade das interações sociais entre pessoas e sociedades no decorrer da história humana poderemos irromper com essa atitude de espaços segregados entre populações negras, quilombolas, caboclas, ribeirinhas e indígenas, mostrando como as relações entre esses coletivos incidem contemporaneamente.

Antes, acreditava-se que as cidades dessa região só passaram a ter malha urbanística a partir do período colonial. Todavia, muitos estudos arqueológicos exemplificam que as ocupações e assentamentos indígenas pré-coloniais e do período histórico apresentam riqueza equivalente a organização urbana e doméstica milenar. Entretanto, através do registro arqueológico, temos observado que os fluxos das relações entre os diferentes grupos no período colonial são atravessados pela problemática da formação urbana histórica das cidades, contexto de invocação das relações de discriminação e necropolíticas que perduram.

Pretendo tratar de dificuldades e reflexões sobre algumas distorções reproduzidas nos debates e discursos empíricos de arqueólogos, sobretudo nos espaços de discussão ainda pouco reocupados por aqueles historicamente descritos nas bibliografias. Nesse diálogo, abordo a importância da arqueologia como discurso antirracista perante o respeito às pessoas das comunidades de quilombos, problematizando noções de hibridização, mestiçagem ou emergência étnica através das concepções de resistência étnica e articulação entre quilombos. Uma vez que a história de violência colonial contra as pessoas de quilombos, causada em grande medida pelos sistemas políticos e econômicos, guerras e epidemias, ainda foi pouco questionada e contraposta.

#### CRÍTICA À TEORIA RACIAL E ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO

Antes de apresentarmos alguns dos principais aportes teóricos dos estudos arqueológicos sobre o passado colonial escravista, é necessário desnaturalizarmos as confusões e as miopias teóricas criadas durante décadas a partir de ausência de compreensão das diferenças conceituais entre as definições de *traços culturais* e *aculturação* em arqueologia brasileira.

A existência de traços culturais não significa afirmar uma imutabilidade da cultura, também não consiste em dizer que existem aspectos identificativos generalizantes que podem definir uma pessoa de forma unívoca em relação aos seus diferentes aspectos identitários. Contrariamente, a pluridiversidade dos traços culturais dos sujeitos permite outros enfoques para lidar com identidades de maneira significativa e adjetivá-las enquanto instrumentos de diferenças étnicas para as demandas políticas e sociais dos povos negros e quilombolas (Epperson, 2004; Follmann; Pinheiro, 2013).

A partir da perspectiva da complexidade cultural das ocupações do período colonial, conjecturada a partir de características políticas, sociais, econômicas e administrativas em diferentes profundidades e medidas, pressupõe-se que uma narrativa da história oficializada vem sendo creditada por meio da agência humana e dessa influência nas relações de poder. Com isso, as primeiras vertentes da arqueologia histórica tratavam do tema da pessoa de origem e ancestralidade africana só através de uma abordagem econômica, majoritariamente relacionada à composição social das populações afrodiáspóricas e em contextos de grupos praticamente sempre na marginalidade e subserviência, concepções ligadas à visão egocêntrica de pobreza desses outros grupos sociais que não representavam as oligarquias coloniais instauradas.

A arqueologia histórica processual tratou de enaltecer a criação de fórmulas que pudessem alçar explicações para uma maior diversidade de registros arqueológicos (Silliman, 2022). Essas interpretações valorizavam metodologias que se autoidentificavam de caráter “rigoroso”, como a busca por padrões e frequências de ocupação, sem uma reflexão antirracista dos dados, que em sua análise pouco envolveram os aspectos das

relações de poder na história interpessoal daqueles sujeitos. Correlata a esse período de constituição do pensamento teórico na disciplina, a arqueologia histórica brasileira, após a década de 1970, debateu a proposta da aculturação — certamente muito pensada como uma proposta de arqueologia com inspiração neoevolucionista. Essa ideia esteve relacionada à visão de etnocídio dos povos indígenas originários e distanciamento histórico dos quilombolas contemporâneos daqueles interpretados no registro arqueológico. Sendo uma pérfida ideia de apagamento de uma cultura por outra e que foi preponderante em certo “domínio cultural institucionalizado”.

Era comum o entendimento da adoção tecnológica de características de uma determinada cultura material por um grupo afrodiaspórico ou indígena como uma disposição social inteiramente definida entre populações simples — “passivas” às formas de poder mercantis — e a incorporação de traços da “cultura dominante”. Mas, ao observarmos o prisma de resistência política, cultural e étnica desses grupos sociais, podemos pensar que parte significativa de sua cultura material desse período se constitui como exemplos de “sobrevivência” a todas as formas de violência da “sociedade moderna”.

Na cultura material de resistência desses povos poderemos encontrar explicação para suas (re)existências, seja nos quilombos, territórios indígenas e/ou nos espaços sociais urbanos. Essa reivindicação na formulação das pesquisas não é uma simples oposição a determinadas outras tipologias de objetos materiais já comumente estudadas, pois nisso a cultura material tem percepções que não somos capazes de ver, mas um alerta para observarmos o registro arqueológico do período colonial de maneira menos recrudescida. Isso significa questionar o modelo historiográfico colonial entre os extremos passivo-dominante. Esse parecer de morte cultural para as comunidades quilombolas e indígenas foi preponderante para equívocos, por exemplo, sobre a relação afro-indígena, e mesmo na conformação sobre novas configurações culturais após o século XVI.

Essa primeira fase da arqueologia histórica no Brasil necessita ainda de uma desconstrução teórica no âmbito da vocalidade das comunidades quilombolas e seus protocolos de consulta como fontes de pesquisa. Isso permitirá que nas teorias acadêmicas formuladas a respeito dessas populações e comunidades não continuem ocorrendo o “sumiço” da escravidão em detrimento de uma quase busca incessante pelas “evidências” das senzalas, cerâmicas coloniais e plantações. Entre esses elementos apontados pela arqueologia, existem outros que não podem ser compreendidos como marcadores culturais e raciais de inferioridade.

Essa ausência de autocrítica, em diferentes casos, culminou em interpretações e inferências pejorativas e alienadas para muitos dos sítios arqueológicos relacionados às populações afro-diaspóricas, que, como consequência, resultaram no reforço das hipóteses de passividade econômica desses grupos sociais, e mesmo corroborando para a perpetuação do preconceito e de visões negativas e distorcidas das comunidades quilombolas. São imagéticas coloniais e contemporâneas que reaparecem sucessivamente com novos contornos, continuamente questionadas pelos povos tradicionais afrodiaspóricos.

Em uma outra interpretação sobre esses contextos, entendemos a situação econômica das pessoas escravizadas forçosamente em uma condição dissociada do racismo e da imagem da pessoa negra como “sinônimo” de empobrecida. A continuação da reprodução das desigualdades sociais e raciais do período escravista, perpetrada pela formação da organização social e econômica brasileira durante a passagem do século XIX para o XX, por meio das políticas de “branqueamento” dos diferentes modelos presidenciais desse período, ainda não foi interpretada em seus reflexos mais abrangentes, e que muitas vezes podem ser observadas no registro arqueológico.

## A ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA AFRICANA E A VALORIZAÇÃO DA PESSOA QUILOMBOLA

Os estudos culturais afrodiaspóricos surgiram a partir das lutas pelo reconhecimento dos direitos civis das pessoas negras nas Américas em sua conexão com os movimentos anticoloniais, de descolonização e emancipação na África. Na ocasião, esses foram movimentos precursores da luta antirracista durante o século XX, quando os movimentos negros e quilombolas contemporâneos passaram a proeminentemente enfatizar a importância de seu passado cultural e sobre a ancestralidade da sua negritude (Singleton, 1999; Wilkie, 2001). Antes, muitas pesquisas no campo da arqueologia histórica observaram, com maior enfoque, as relações sociais a partir da história das elites, dos engenhos e das propriedades rurais como definidores da classe colonial dominante.

Por esse motivo, a arqueologia da diáspora africana é a provocação das vertentes sociais identitárias daquele tempo e da contemporaneidade. Pode ser compreendida como o estudo arqueológico de populações africanas e afrodiaspóricas sem considerá-las apenas como escravos passivos e invisíveis em relação ao seu destino (Carvalho, 2012, 2018, 2021; Hartemann; Moraes, 2018; Hattori, 2022; Moraes, 2012, 2021; Moraes; Costa; Jesus, 2022; Passos, 2023; Pinto, E., 2023; Pinto, R., 2023; Soares, 2022). Essa perspectiva propõe que não se use metodologias que continuem reproduzindo práticas de pesquisa que sejam norteadas pelo “esquecimento” do passado escravista da sociedade brasileira. É certo que as populações diaspóricas não hesitaram em resistir à ordem mercantil vigente por meio de suas diferentes e eficientes práticas de aversão.

Em decorrência disso, atualmente a arqueologia da diáspora africana visa reinterpretar o modo de vida de pessoas diaspóricas e de seus descendentes no contexto social da “viagem atlântica”, principalmente para eventos ocorridos nas Américas. Essa abordagem propõe a não construção de homogeneidades em torno das culturas de matriz africana, ressaltando que estas têm um mundo e uma cosmovisão distintas das populações ocidentais.

Na arqueologia da diáspora africana é possível refletir, por meio do estudo da cultura material e imaterial, sobre as violências e os traumas do colonialismo escravocrata e de como se constituíram as novas identidades africanas no continente americano, como elas se construíram desde os contextos de resistência à escravidão humana e ao racismo até os dias atuais. Muitas das atitudes racistas tentam afirmar a não existência de racismos através das proposições de “novas raças” e das “miscigenações”. Entretanto, a diáspora africana produziu vertentes e distinções regionais em suas diversas maneiras de ocupação nos contextos do período histórico.

Esses estudos diaspóricos na arqueologia não se limitam apenas à delimitação de uma feição étnica (Symanski; Gomes, 2012) e até mesmo uma outra proposta para a arqueologia histórica econômica da escravidão poderia nos levar a refletir sobre as atividades produtivas do trabalho negro, quilombola e indígena no Baixo Tapajós. Essa reanálise dos dados históricos seria pautada em um melhor entendimento das questões problemáticas das relações de mercado e comércio, nas fazendas de gado e de cacau e nos extrativismos dos seringais.

Tomemos como um outro exemplo de aplicação dessa abordagem a pesquisa arqueológica realizada no Centro Histórico do Rio de Janeiro, cujo principal alvo do estudo foi a população afrodiaspórica, e que buscou compreender a evolução do tecido urbano e identificou a utilização de objetos religiosos de matriz africana, como contas de laguidibá e outros tipos de contas de vidro. Esses materiais foram interpretados em contexto como reflexos de práticas sociais que não se sobrepuseram só à ideologia religiosa e colonial daquele período, mas como evidência de materiais arqueológicos

que explicitam a manutenção de tradições, costumes e modos de viver diante das relações de poder no espaço privado religioso, estratégias de resistência perante a violência e opressão que obrigava à adoção do catolicismo (Guimarães; Oliveira, 2013).

Estudos arqueológicos como esses revalorizam a pessoa pertencente a comunidades quilombolas, os quais, nas duas últimas décadas, devido às políticas afirmativas de inclusão social, atuam fortemente em favor das africanidades e da africanização da gênese e formação social brasileira. Outras pesquisas que abordaram as populações afrodiáspóricas na atualidade têm observado e analisado as desvantagens escolares em diferentes graus, percebidas em estudos comparativos entre pessoas negras e brancas (Barreto, 2015; Lima, 2010), sendo essas conclusões muito mais um reflexo histórico das desigualdades sociais do que respostas à capacidade intelectual de alunos oriundos de comunidades quilombolas, por exemplo.

Creio que meu autorreconhecimento como quilombola revela uma tomada de posição afirmativa sobre quem eu sou, também de verdadeiro reconhecimento de uma história rica e colorida, que, de certa maneira, foi, durante muito tempo, escondida de mim. Ao mesmo tempo em que transcende minha ancestralidade, amplia-se uma abrangência de perguntas sobre essa história, que, antes considerada perdida, agora está viva na memória e no presente cultural dos povos indígenas.

Para chegar a essa conclusão não houve tanta complexidade em compreender sobre a construção da pessoa nos quilombos amazônicos, que, por ser diversa, deve ser entendida além de uma arqueologia de engenhos ou da escravidão, e que pode ser teorizada com o suporte da história crítica e da antropologia da diáspora africana, as quais buscam estudar a sociabilidade de uma pessoa da diáspora desse continente interpretando a complexidade da trajetória de vida desses indivíduos, sem perder a criticidade sobre a barbárie que foi o processo escravocrata e sobre suas repercussões latentes na sociedade.

#### IMPLICAÇÕES PARA UMA ARQUEOLOGIA QUILOMBOLA EM SARACURA

A história da comunidade quilombola Saracura é bastante peculiar. Em contextos de africanidades tem muito a ver com as religiões de matriz africana e do catolicismo missionário, o que pode ser observado nas narrativas que os quilombolas contam sobre a formação da comunidade e de registro arqueológico, estratigraficamente assentada sobre um sítio arqueológico de terras pretas.

Em um panorama geral, na comunidade existem concepções quilombolas sobre o uso dos objetos, cultura material e de suas particularidades de formas de liberdade de utilização, que incluem as práticas religiosas nativas, configurando um contexto emblemático multicultural, corroborando com uma visão não romântica da materialidade arqueológica como reconfiguração de um quilombo, revelando diferentes processos de emancipação.

O quilombo de Saracura é um espaço de celebração que liga nossa memória a aspectos de monumentos paisagísticos de longa duração, como árvores, mangueiras e plantações de melancia como marcadores profundos nas terras pretas, lugares na paisagem de quilombos que podem ser tratados como reflexos da diversidade social perpetuada milenarmente na região amazônica, e que também fazem parte da formação histórica de Santarém, mas em uma história ainda contada em seu início, indo de encontro à visão anterior de que Santarém havia sido pouco povoada ou que havia sido povoada tardiamente por populações afrodiáspóricas.

Nesse movimento, meu desejo é encontrar uma visão positiva de mim mesmo, entre meu passado e presente na compreensão das africanidades na minha identidade,

que divergem do senso comum discriminatório que enseja que a população quilombola continue relegada a “invisibilidade”, e repensando como ocorreu o período pós-abolição, em que o desenvolvimento capitalista foi responsável pela segregação étnica através da defesa do nivelamento das relações raciais, mas que, na verdade, implicava em autoprescrição dos crimes dos abolicionistas.

Além do quilombo do Saracura existem na região uma série de outros quilombos, como Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Pérola do Maicá, Tiningú, Palmares, Nova Vista, São Raimundo, Território Maria Valentina, Surubiu-Açu, São José do Ituqui, Patos do Ituqui e Arapemã — sendo estas terras de afro-amazônidas. Cada uma dessas comunidades quilombolas passou por processos de reinvenção muito próprios, como fatores individuais de agência social que podem ter sido definidores de táticas nesses ambientes comunitários. A maior fonte de informação sobre as origens e história desses quilombos na região de Santarém é de caráter narrativo e de oralidade, além das importantes fontes documentais sobre o processo de formação dessas comunidades, que atestam a tradicionalidade das ocupações dos territórios de quilombo.

Uma outra maneira de entender sobre o modo de vida da população de Saracura é por meio do estudo da cultura material e da etnoarqueologia. No âmbito da contemporaneidade, podemos estudar esse grupo social a partir de sua memória coletiva e dos processos de formação de sua identidade quilombola, ressaltando o combate político e cultural contra os preconceitos e estereótipos misturados com desconhecimento, que muitas vezes geram problemas de saúde, como transtornos psicológicos, depressão, ansiedade e doenças físicas — temas que ultrapassam os objetivos deste texto e que causam muitos conflitos e confusões sobre o cotidiano e existência dessas coletividades étnicas. Com isso, a definição de comunidade quilombola no Baixo Tapajós se refere às raízes históricas africanas e à consciência de descender de culturas provenientes de um continente cujo processo histórico e cultural é muito rico e ocultado pela história nacional.

Sobre ser quilombola no Baixo Tapajós, estou certo de que existem muitas distorções comumente reproduzidas nos debates e discursos empíricos de arqueólogos e da academia em geral. Sobre isso, para uma arqueologia quilombola, devemos penalizar as fortes desigualdades, que marcam a estrutura social acadêmica brasileira e que ganham contornos mais rígidos quando se inclui o recorte racial para departamentos e programas de arqueologia, pensando em como essas diferenças foram elementos fundamentais para que o debate sobre as arqueologias praticadas em territórios e sítios quilombolas no Brasil não fosse amplamente visibilizadas.

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesse processo, a arqueologia brasileira passou por uma longa ausência de debates em torno das perspectivas africanas e quilombolas na interpretação dos contextos estudados nos sítios arqueológicos do período colonial. Isso foi fomentado pela produção de documentação histórica de maneira parcial, que trivialmente contém uma visão homogênea das populações afrodiáspóricas.

Por isso uma arqueologia da diáspora africana que inclua os conhecimentos de vivência nos quilombos pode passar a lidar com demandas mais específicas, como territorialização e políticas identitárias de reconhecimento, mas agora construídas também por seus próprios pares. A partir de uma agenda concebida e demandada ao Estado brasileiro pelos afrodiáspóricos ao longo de séculos, e que vem sendo conquistada recentemente pelos movimentos negros de raça e política e pelas federações de organizações quilombolas.

No século XX, pessoas pertencentes a comunidades quilombolas começaram a produzir uma escrita de si de maneira mais intensificada, debatendo os paradigmas da ciência normativa. Essas pessoas argumentam seu direito à diferença cultural, que deve ser respeitado e exercido de acordo com os preceitos culturais definidos internamente por essas sociedades. Essa luta pelo respeito à diferença cultural é politizada pela estética, o que assegura questionamentos contra a intencionalidade nefária do mito das três raças e da democracia racial, que perduram na sociedade brasileira.

Mesmo com a manutenção e a perpetuação da escravidão no Brasil Colônia e Império, não se pode afirmar a passividade das pessoas da diáspora africana. É possível, sim, pensar e interpretar os quilombos como reversores do “processo colonizatório”, mecanismos de luta e resistência. Portanto, passamos a entender que a escravidão forçada é uma primeira percepção dos processos culturais de resistência étnica das comunidades quilombolas da região do Baixo Tapajós, e, claro, precisa ser intensamente reexaminada enquanto atividade medíocre e incivilizada praticada pelas gerações de capitalistas durante o mercantilismo. A partir desse movimento, questionamos a história hegemônica da categorização social e racial e a hierarquia de tipos de fontes, reforçando o quilombo como espaço prioritário da celebração da vitória sobre o racismo, conquistada e celebrada pelos afrodiáspóricos e povos indígenas originários.

Se não puder revolucionar o passado, essa visão pode proporcionar princípios da reversão do presente, mostrando que a condição desse passado afrodiáspórico forjou resistências, ações e a não aceitação do papel social da escravidão. A escrita de si pode ser uma poderosa arma para a análise do pensamento arqueológico e social.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Paula. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 39-64, 2015.
- CARVALHO, Patrícia. *A travessia atlântica de árvores sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área de remanescentes de quilombo em Vila Bela/MT*. 2012. (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARVALHO, Patrícia. *Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão, Vila Bela/MT*. 2018. (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CARVALHO, Patrícia. Un cimarrón en Mato Grosso, Brasil: construyendo una mirada afro-centrada em un contexto afrodiáspórico. *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana*, v. 15, n. 2, p. 81-107, 2021.
- CARVALHO, Patrícia; SOARES, Alice. “Todo poder ao povo preto”: diálogos sobre práticas colaborativas entre seres em lugares e tempos afrodiáspóricos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 37, p. 164-177, 2021.
- EPPERSON, Terrence. Critical Race Theory and the Archaeology of the African Diaspora. *Historical Archaeology*, v. 38, n. 1, p. 101-108, 2004.
- FOLLMANN, José; PINHEIRO, Adevanir. A categoria raça nas ciências sociais: revisitando alguns processos políticos, sociais e culturais na história do Brasil. *Ciências Sociais*, v. 49, n. 1, p. 26-29, 2013.
- GUIMARÃES, Márcia; OLIVEIRA, Jeanne. Arqueologia do quintal Beneditino: os escravos da religião. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 17., 2013. *Anais [...]*. [S. l.]: SAB, 2013. 22 p.

- HARTEMANN, Gabby; MORAES, Irislane. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios*, v. 12, n. 2, p. 9-34, 2018.
- HATTORI, Márcia. Uma arqueologia das formas de abandono: colonialidade e a construção da cidadania na morte. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 19, n. 37, p. 192-210, 2022.
- JESUS, Hudson. *Yané rēdáwa tēdáwa São Francisco: arqueologia ancestral na Terra Indígena Tupinambá, rio Tapajós, Amazônia*. 2022. (Dissertação em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2022.
- LIMA, Marcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: as ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos Cebrap*, v. 87, p. 77-95, 2010.
- MORAES, Irislane. *Do tempo dos pretos d'antes aos povos do Aproaga: patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim/PA*. 2012. (Dissertação em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- MORAES, Irislane. *Arqueologia “na flor da terra” quilombola: ancestralidade e movimentos Sankofa no território dos povos do Aproaga, Amazônia Paraense*. 2021. (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- MORAES, Irislane; COSTA, Luciana; JESUS, Luciana. Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiaspóricas: experiências no território quilombola dos povos do Aproaga, Amazônia Paraense. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 19, n. 37, p. 55-74, 2022.
- PASSOS, Lara. Prospectando a ciência, sondando arqueopoéticas: a linguagem como campo de disputa política em arqueologia. *Vestígios*, v. 17, n. 2, p. 193-218, 2023.
- PASSOS, Lara. Vive em mim toda Marielle Franco: repressão, resistência, arqueopoesia e a materialidade das vivências de mulheres negras. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 35, p. 79-102, 2020.
- PINTO, Elaine. *Arqueologia quilombola: os processos de ocupação em Murumurutuba*. 2023. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2023.
- PINTO, Rafaela. *Estudar a história de um quilombo é uma forma de resistir: estudo de caso, Murumurutuba/PA*. 2023. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2023.
- PY-DANIEL, Anne; O'DYWER, Eliane; MORAES, Claide; MOREIRA, Cíntia; PINTO, Rafaela; PINTO, Elaine. Dinâmicas de ocupação da região do Rio Ituqui/Paraná do Maicá, Santarém/PA: 8000 anos até o presente. *Revista Arqueologia Pública*, v. 18, p. 1-24, 2023.
- SILLIMAN, Stephen. Colonialismo na arqueologia histórica: uma revisão de problemas e perspectivas. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 19, n. 37, p. 26-54, 2022.
- SINGLETON, Theresa. An Introduction to African-American Archaeology. In: SINGLETON, Theresa. *“I, too, am America”: Archaeological Studies of African-American Life*. Charlottesville (US): University Press of Virginia, 1999. 17 p.
- SOARES, Alice. *Experiências afrodiaspóricas na arqueologia: relatos, sensações e emoções em um Brasil do século XXI*. 2022. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022.
- SYMANSKI, Luis; GOMES, Denise. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém/PA. *Anais do Museu Paulista*, v. 20, n. 2, p. 53-90, 2012.

WILKIE, Laurie. Black Sharecroppers and White Frat Boys Living Communities and the Appropriation of Their Archaeological Pasts. *In*: BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin. *Archaeologies of the Contemporary Past*. New York (US); London (GB): Taylor and Francis e-Library, 2001. cap. 9, 13 p.